



# IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

## “Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



### JUVENTUDE PERDIDA: REFLEXOS DA VIOLÊNCIA POR TORTUOSOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

MARIA ELVIRA NOGUEIRA LARANJEIRA SCOLARO

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

#### RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, sintetizar algumas reflexões nascidas de uma pesquisa realizada com vinte e oito adolescentes internos em entidade de atendimento socioeducativo, por prática de infração. Nele, procura-se discutir os sentidos e significados que o estado de violência assume na educação desses jovens e as consequências que advêm da realidade a que são submetidos, na família, na rua, na escola. Apresenta excertos da história oral de vida de alguns dos internos, enquanto busca traçar o perfil de adolescentes que, educados em um contexto familiar e social violentador aprendem a reagir, traçando uma história difícil de ser modificada pela educação que se pratica na escola. Conclui-se pela necessidade de se escrever uma outra história, onde educação e trabalho possam ser instrumentos de conscientização e humanização e prioridade concreta e efetiva das políticas públicas.

Palavras-chave: Juventude. Violência. Educação e trabalho.

#### ABSTRACT

This paper aims to synthesize lessons taken from a study carried out with twenty-eight adolescents, held in a socio-educational center because of infractions committed. In this paper, we look at the nuances of the influence that a state of violence takes in the education and development of these youth, and the consequences - at home, in the street, in school - that result from this violent day-to-day existence. The paper presents excerpts from the oral life history of some of the young inmates, and seeks to sketch the profile of adolescents who, raised in violent social and family contexts, learn to react; this is a lesson that's difficult for society to undo via school programs. The paper concludes that a different approach is necessary -- one in which education and work may be used as tools of teaching and humanization, and a concrete and effective public policy priority.

Keywords: Youth. Violence. Education and work.

#### INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com adolescentes internos em entidade de atendimento socioeducativo, por prática de infração. Nele, procura-se discutir as consequências que o estado de violência a que estão submetidos na família, na rua, na escola significa para sua formação e educação e traçar o perfil de jovens que, ainda hoje, no contexto da contemporaneidade, representam uma grande faixa da juventude de nosso país, juventude que caminha sem rumo certo no interior de uma sociedade que, muitas vezes os ignora e marginaliza.

A investigação foi realizada na Comunidade de Atendimento Socioeducativo Salvador (CASE), entidade governamental situada na capital da Bahia/Brasil, para onde são encaminhados adolescentes dos diversos municípios do Estado, a quem foi aplicada a medida de internação, por prática de ato infracional. A pesquisa fez uso da história oral de vida,

buscando conceder a palavra a jovens que poucas oportunidades têm de se expressar verbalmente e que, muitas vezes, são forçosamente silenciados. São agressivos e agem de modo a ferir a ordem jurídica, causando revolta e indignação em toda a sociedade, de onde são excluídos. Na pesquisa, foram envolvidos vinte e oito internos, obtendo-se revelações que evidenciam o modo de sentir, de pensar e de agir de jovens que trazem características marcantes e específicas e que, pela forma de vida que levam e pela representação na sociedade, são comumente tratados com discriminação e preconceito.

As narrativas obtidas levam a traçar o perfil de uma juventude que se perdeu por caminhos obscuros onde, a duras penas, aprendeu a reagir à violência e às agressões sofridas. São jovens que se tornam personagens de uma história de terror, difícil de ser modificada pela educação que comumente se pratica na escola.

Constata-se que muito de todo esse estado de (de)formação desses jovens é reflexo da injustiça social básica, que tem suas origens nas próprias raízes históricas que formaram o povo brasileiro, e que, de uma forma sutil e velada, a escola acaba por ratificar.

Conclui-se pela necessidade de se escrever uma outra história, onde a educação e o trabalho possam se constituir instrumentos de promoção e humanização, iniciados na família, solidificados e sistematizados pela escola, a quem cabe contribuir para a formação de homens e mulheres socializados e comprometidos com sua realidade histórica.

## **UMA JUVENTUDE PERDIDA**

Não há violência que possa se sobrepor àquela praticada contra seres indefesos e impossibilitados de ação. As crianças e os adolescentes que falam neste texto são violentados desde o nascimento, no seu direito à família, à alimentação e moradia dignas, no seu direito de viver a infância, de forma plena e adequada para desenvolver-se humanamente.

Na grande maioria, são integrantes de famílias emocionalmente desestruturadas, que sofrem sérias consequências de uma vida eivada de problemas financeiros e de relacionamento. São comuns os casos de agressões físicas e morais, de fome e abandono, o que acaba por forçar a criança ou o adolescente a trocar as agruras da vida em família pela vida na rua, onde é obrigada a criar alternativas de sobrevivência, dentre elas, o furto, o roubo, a prostituição, o crime. Pouco a pouco, o jovem que vive na rua vai se tornando insensível e aprendendo a ver como agressores e inimigos todos aqueles que representam ameaça à sua subsistência e aos seus projetos, que quase nunca são louváveis e reconhecidamente legais.

Artur (nome fictício, assim como o de todos os informantes citados), garoto inteligente, vivaz e comunicativo, internado por latrocínio, passou toda a sua juventude na rua e é com muita revolta que fala de uma infância marcada pelas agressões do pai e pela indiferença da mãe:

O que aconteceu foi o seguinte: minha mãe nunca ligou pra mim, meu pai é policial. Depois que eu nasci, ficou policial. Nunca também [...] deu muita ligação pra mim. Fui crescendo, o tempo passando, e com 13 anos de idade eu já tava fazendo assalto a mão armada. Com roupa, dinheiro, muito dinheiro... mulher... Minha mãe foi embora, o quê? Se eu tinha muito era 6 anos de idade. Minha mãe vem aqui hoje pra me ver, mas eu nunca chamei ela de mãe, nunca tive um carinho de mãe. Minha mãe é minha avó. Com meu pai, não existe uma relação nesse nível, entre a gente. Eu sei que ele é meu pai, ele sabe que eu sou filho dele e é só... O início foi... é a rua. A rua atrai! Menino vê vários meninos na rua, vai também [...] Daí, você não tem dinheiro pra comer, pede a um, pede a outro: "Não tenho". Aí você já vê outra criança furtando um cordão de ouro, um relógio, um celular... Meu primeiro furto, eu tinha 8 anos de idade. Eu tava na rua, via, com a convivência, furtos, assaltos, várias coisas diferentes e fui aprendendo, furtando pra comer. Depois, muito depois, vieram as drogas: maconha... muito depois, veio a cocaína. Mas o que leva uma criança a roubar é a falta de apoio em casa, ao menos um pouco, um empurrão na vida. [...] Meu pai batia por besteiras dentro de casa. Primeiro era tapa, já passou a murros, chutes, mas sempre crescente, sempre crescendo... Eu aí fui pra rua... Ele me espancou várias vezes, várias vezes... (ARTUR, 18 anos)

Danda é uma garota bonita, que fala, com lágrimas nos olhos, de sua infância, cruelmente marcada pelo abandono e pelo sofrimento. Fugiu de casa com menos de seis anos, porque não suportou os maus-tratos e os escândalos provocados pela mãe, apesar de amar o padrasto que a assumiu como filha. Teve várias passagens pelo Juizado da

Infância e da Adolescência. Na rua, se envolveu com traficantes, aos 14 anos aprendeu a atirar e, aos 15, matou a facadas uma companheira, também de menor idade. Assim diz ela:

Minha mãe ficava andando pela gandaia, de noite. Às vezes eu passava fome... Quando eu ficava com meu pai de criação, que é o alfaiate, eu não passava. Ele deixava eu comer, deixava eu brincar, apesar de minha mãe ter aprontado com ele. [...] Ela aprontou com ele, quebrando a casa dele, todinha. Tocou fogo lá. Eu fiquei chorando, debaixo da máquina de costurar dele. Coisa triste!... (DANDA, 17 anos).

Alguns jovens experimentam, na família, outro tipo de abandono, aquele que é causado pela ausência dos pais, ou de um deles, em decorrência da necessidade de trabalho fora de casa e em tempo integral. Assim fala Kel (19 anos), garoto internado por prática de latrocínio:

Meu pai já morreu. Tenho 8 irmãos. Meus irmãos são separados, são 4 de meu pai, outro é um pai, outro é outro pai, assim.... Não cheguei a conhecer meu pai, não. Conheci o pai de meus irmãos. Meu pai tinha o apelido de Demônio Branco e dizem que morreu roubando. Dizem que viajou pra São Paulo, era capenga, metia com parada e lá, passaram o rodo nele, na covardia, mas minha mãe não sabe direito, não. Meu padrasto não ligava pra mim, não. [...] Minha mãe trabalhava de doméstica. Ela saía cedo e só voltava de noite. A gente só ficava com ela, no domingo. No sábado, ela trabalhava também. Eu ficava em casa com meus irmãos mais velhos. Mas eu não queria ficar, eu fugia. Pulava lá e só voltava de noite e olhe lá... Já sofreu muito, minha mãe. [...] Ela ficava atrás de mim, de madrugada. E não foi só eu, não. Tem outro irmão meu, ainda mais velho, que era ladrão. Hoje em dia ele ta maluco. Ele passou 4 anos na detenção. Tinha minha irmã que era ladrona, mas ela agora não dá mais trabalho pra minha mãe, não. Minha mãe fica com dor de cabeça, minha mãe chora, quando conversa com a gente assim... mas ela nunca abandona a gente.

Garotos e garotas, como Danda, Artur e Kel não encontram, na família, a estabilidade e o apoio necessários para seu desenvolvimento, para seu crescimento como ser humano. São simplesmente jogados no mundo, muitas vezes sem carinho, sem assistência e sem as orientações de que toda criança e adolescente precisam para sua formação moral e seu equilíbrio emocional.

Não se pode desconhecer a importância da família para a educação da prole, o seu papel de formadora do caráter, não se pode negar a sua força como referencial para a edificação de seres humanos e humanizados, coerentes, honestos, críticos e autocríticos, pois, como afirma Graciani (2001, p.128), “referências na infância e adolescência cumprem uma determinação fundamental na vida adulta, quando os jovens poderiam reconhecer a si mesmos e assumirem uma posição autônoma e emancipada”. Dessa forma, a falta de referências positivas, na família, pode representar sérios empecilhos para a formação e desenvolvimento dos filhos, que necessitam dos pais, “seja para colocação dos limites, seja para identificação, seja para a representação de um ideal e/ou para a ordem do mundo que o rodeia” (GRACIANI, 2001, p,127).

Não seria exagero afirmar que muito de tudo o que ocorre com jovens com as características dos apresentados é o reflexo da injustiça social básica decorrente das raízes históricas de formação do povo brasileiro e proveniente de interesses econômicos que deram origem a uma sociedade desigual e marcada, até os nossos dias, por preconceitos e discriminação social. Interesses econômicos que produziram a escravidão e a submissão e que viabilizaram a concentração de renda na mão de poucos e a exclusão das classes populares dos benefícios do crescimento econômico. Classes essas que se constituem de grande parte da população formada por grupos de origem étnica negra e indígena, ou de mestiços, como afirma Ataíde (1995, p.162):

Negros e pardos ainda trazem consigo a pesada herança de preconceitos originários do regime escravocrata, cujas sequelas, discriminações e injustiças sociais reforçadas pelo capitalismo atual, ainda os mantêm subalternos ou marginalizados, enquanto reafirmam os privilégios da elite branca.

Na CASE Salvador, a grande maioria dos internos é de origem negra e dos vinte e oito participantes da pesquisa apenas dois se consideram brancos. Suas famílias residem em bairros periféricos, reconhecidamente habitados por pessoas de baixo poder aquisitivo, que moram em barracos ou casas sem a infraestrutura adequada a uma vivência saudável.

Os adolescentes, internos na CASE Salvador, por prática de atos que variam entre homicídio, latrocínio, sequestro relâmpago, estelionato e outras infrações consideradas menos graves revelam ter pais desempregados ou em exercício de trabalho informal, como vendedores ambulantes, carregadores, operários sem emprego fixo. Vivem de biscates, que não lhes rendem soldos suficientes para manter a família e não lhes oferecem nenhuma garantia trabalhista e social, o que resulta em grandes dificuldades financeiras e péssimas condições de vida. A maioria das mães ou são domésticas, em casas de família, ou são faxineiras, diaristas, e sem carteira assinada.

Alguns pais e mães também vivem nas ruas e se mantêm pelo que conseguem adquirir como pedintes. Muitos deles são alcoólatras ou são usuários de outro tipo de drogas, o que, juntando-se ao desespero pela situação de miséria em que muito constantemente vivem, os torna revoltados, agressivos com os filhos e mesmo insensíveis às suas necessidades e problemas. MÔ é um desses garotos que não pode contar com a estabilidade de uma moradia, não tem a garantia do alimento diário, da higiene e desconhece um ambiente de vida saudável, material e emocionalmente:

Eu gostava mais de ficar na rua. Eu fui criado na rua. Eu tenho família, mas eu ficava mais na rua, desde pequeno. Eu e meus irmãos, e minhas irmãs. Eles moram lá também, mas eles ficam lá só fazendo dinheiro. Em vez de botar pra comprar comida, não. Eles compram droga, pra fumar... Todos sabiam que eu era menino de rua. Sabiam, porque eu fico é na sinaleira, porque minha mãe não trabalha não. Ela é deficiente da perna e tem 9 filhos. (MÔ, 15 anos)

Na rua, os garotos e as garotas, têm que desenvolver estratégias de sobrevivência e, para isso, ao mesmo tempo em que vão se tornando cada vez mais agressivos e violentos, sofrem todo o tipo de agressão e violência. Para se manterem vivos, criam um código de ética próprio, que foge aos padrões estabelecidos pela sociedade. O que impera é a lei do mais forte. O que se aprende é resistir à fome, aos infortúnios, aos agressores, é reagir àqueles que representam ameaça à vida e à sobrevivência. É matar para não morrer, conforme eles próprios destacam:

A polícia vem contra a sua vida, você vem contra a vida do polícia. Eu matei um polícia. Já várias polícias vieram me pegar e eu tive de fazer mais homicídios e cada vez mais cavando o buraco e me enterrando e chega a um estágio que não tem condições de você tentar retornar. Pra tudo na vida tem um jeito, mas chega a um estágio que ou você sai da localidade onde você mora, ou você tem que continuar. É a sobrevivência, porque eles... os policiais trabalham pra pegar a gente e a gente não quer que eles peguem. Então, chega a um estágio que tem que se abrir um confronto (ARTUR, 18 anos).

Jogados ou impulsionados para a rua, esses e essas jovens estão constantemente expostos à discriminação, às drogas, ao crime e até mesmo ao extermínio. As necessidades de sobrevivência e de defesa roubam-lhes a condição de viver plenamente a infância. Os sonhos, as fantasias próprias da idade vão morrendo pouco a pouco ou cedendo lugar a um outro tipo de sentimento, muito mais característico do adulto: o sentimento da indiferença, da rebeldia, do ódio, com consequências graves para a formação da identidade e da personalidade.

Além de marcados pelos mais variados tipos de carências, pela falta da família e pelo repúdio da sociedade, os meninos e meninas de rua contam ainda com outro fator que, negativamente, interfere na sua formação: a variedade de papéis que precisam desempenhar para sobreviver e ser momentaneamente aceitos, ou convencer aquelas pessoas de cuja ajuda precisam para sobreviver. Esses papéis variam entre passar a imagem de “bonzinhos”, “desvalidos”, inspirando compaixão ou se apresentarem “maus”, “perigosos”, causando o pânico e o terror. De representação em representação, aos poucos, a própria autoimagem vai se perdendo no emaranhado dos papéis que representam.

Nessa violenta crise de identidade, de afirmação da personalidade, sem a orientação, o apoio e a ternura da família, tão necessários à formação do indivíduo, os meninos e meninas vão, aos poucos, se embrutecendo, tornando-se amargos, cada dia menos sensíveis e cada vez mais encorajados em sua própria armadura de defesa contra os infortúnios e contra todos aqueles que para eles representam perigo. Vão se tornando, assim, endurecidos, ressequidos, preparados para tudo, não temendo nem mesmo a morte. Muitos deles refugiam-se nas drogas, que lhes dão uma provisória e falsa sensação de alívio da fome e lhes inspiram certo sentimento de poder.

Do uso da droga, que começa muito cedo, à prática da infração é um salto. Começam sempre pelo uso de drogas mais fracas e vão, pouco a pouco sentindo a necessidade de drogas mais fortes e, com elas, vão se tornando cada vez mais estimulados e com “coragem” para a prática da infração. A droga embota os sentimentos e a percepção, fazendo

permanecer apenas aquele instinto de defesa, que, às vezes, leva a eliminar a vítima, na menor desconfiança de reação.

A necessidade de defesa induz ao uso de armas que são adquiridas com adultos envolvidos com o crime, com traficantes ou mesmo com policiais. “Esses que fazem a segurança da população é que fornecem. Eles mesmos. Compra na mão deles mesmos...” é o que diz Artur.

A vida sexual inicia muito cedo. São pais aos 15, 16, 17 anos. Kel, aos 19 anos já tinha 4 filhos, de 3 mulheres diferentes. A vida dos filhos, geralmente, repete a vida dos pais. Passa pelo mesmo processo de abandono, de falta de assistência e de carinho de, pelo menos, um dos genitores. Novas meninas e meninos, crianças, adolescentes estão sujeitos às mesmas condições de vida, aos mesmos códigos de referência dos pais, às mesmas situações de violência por eles sofridas e, por certo, também poderão se tornar violentos e infratores, num círculo vicioso que cada vez mais se alarga e adquire dimensões imensuráveis.

É esse o perfil de crianças e adolescentes que, ainda hoje, no contexto da contemporaneidade, representam uma grande faixa da juventude de nosso país, juventude esta que, como afirma Kel, ao fazer referência à sua própria existência, tem uma **vida perdida**. E, como defende Freire (2000, p. 67): “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor”. Não é possível por um término na violência e mudar o mundo, se não formos capazes de olhar de forma diferenciada para a criança, permitir-lhe viver plenamente a infância, garantir-lhe as prerrogativas de ser em formação, assegurar-lhe as condições de vida fundamentais a um cidadão de direito.

## **CAMINHOS DA EDUCAÇÃO**

Segundo Freire (2000, p. 67), “se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Se a educação é instrumento imprescindível para a mudança da sociedade, pressupõe-se ser ela de inquestionável importância para o retorno dessa juventude perdida aos caminhos da decência e da legalidade. Mas não foi uma educação capaz de promover mudanças significativas, a que receberam os jovens que foram citados neste trabalho. Na família, como descrito, não contam sequer com a garantia do mínimo necessário para a sobrevivência. Porém, nem sempre por descaso e falta de amor por parte dos pais, mas pelas próprias circunstâncias de vida, que os tornam incapazes de acompanhar e assistir seus filhos, de orientá-los dignamente, de educá-los.

Em relação à educação dos filhos, nada se pode cobrar de pais que foram, também eles, violentados em seus direitos à educação. Não se pode cobrar-lhes deveres em relação “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária” como prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 4º), pois também eles não os tiveram, de fato, por direito. Não se pode pretender que valorizem a convivência em família, pois também eles desconhecem essa forma de viver. Não se pode cobrar-lhes que tratem os filhos com dignidade e respeito, pois eles próprios não se sentem dignos e são constantemente desrespeitados em seus direitos.

Para educar esses jovens, a ponto de lhes oportunizar condições de, mudando sua forma de ser, mudar a sociedade, resta, pois, a escola, instituição socialmente responsável pela educação. Mas o que tem feito a escola, ou melhor, o que tem conseguido fazer a escola por essa juventude perdida? Na fala dos entrevistados, foi retratada uma escola impotente, despreparada para reverter o quadro de degradação, de miséria moral e emocional em que se encontram e, muitas vezes, ao invés de contribuir para as pretendidas mudanças, a escola contribui para agravar o problema. É o que evidencia a fala de Reb (15 anos):

Eu não gostava de ir pra escola. Sempre tinha uns preconceitos lá, me chamavam de ladrão, porque eu roubava... Eu não gostava não e... tive de parar de ir pra escola, uns tempos aí... mudar de escola... não podia ir pra sala de aula, mesmo... me chamavam de ladrão... “Não quero que você fique perto de mim, não quero você aqui na sala, não. Pode sumir alguma coisa...”. Sempre que acontecia alguma coisa na escola, a diretora só me chamava: “Foi você... foi você que fez isso... foi você que fez aquilo.” Era assim... Me botavam pra fora da sala de aula, não tinham respeito, não gostavam de mim. Sempre que acontecia alguma coisa, só vinham pra o meu lado... só pra o meu lado... só pro meu lado...

Como Reb, outros garotos revelam que se sentiam rejeitados e discriminados, na escola. Recordam que ali não eram tratados de forma a se sentirem dispostos a permanecer, a estudar e a conviver em condições de igualdade com os demais colegas. A partir da percepção de atitudes de desprezo, abandono e não aceitação, por parte de professores e do corpo administrativo da escola, tornaram-se agressivos, dissimulados ou aparentemente indiferentes e acabaram evadindo.

Tiago (16 anos) saiu da escola pelos motivos que expõe:

A professora de Ciências ficava sempre repetindo que eu tinha perdido 3 anos, que eu não queria nada, que era burro. “Você é burro. Não tem cabeça pra estudar, só tem cabeça pra bagunçar...” Eu ficava injuriado também, né? Eu ficava assim, com essa professora. Só que eu nunca deixei ela me humilhar, não... Nunca abaixei a cabeça pra ela não... Mas que é ruim ficar na sala, a professora falando mal do aluno... Eu desisti porque já não tinha mais graça ir pra escola, ficar ouvindo só conversa de professor... aí eu desisti.

Ail (17 anos) narra algumas situações vividas na escola, que deixaram clara a discriminação de que era alvo:

O que eu lembro da escola é que quando eu fazia qualquer coisa errada, a professora me pegava pela orelha e me levava pra falar com a diretora. Às vezes ela me pegava e me botava no castigo, de joelhos, na diretoria. A diretora não falava nada, era ela que mandava dar o castigo. A professora não gostava de mim, porque só eu é que era de uma creche e a creche é que pedia pra me botar na escola, porque o resto das pessoas era tudo filho de gente que tem condições financeiras. Com eles, ela não fazia isso, que chegava gente de carro pra pegar as crianças, se deixasse alguma marca, iam denunciar ela. Só tinha eu que era da creche. A maioria das coisas que eu fazia, ela dizia que eu errava. Aí eu falava: “Já que eu tou fazendo errado, eu não vou fazer não!” Ela me esticava pela orelha e levava pra lá pra diretoria. Todo dia era isso, até o dia que eu joguei a mesa no chão e fui expulso de lá. Expulso e nunca mais. [...] Eu lá era como ninguém, ela não prestava atenção em mim. Só me tratava como Zé Ninguém. [...] Ela botava os meninos pra brincar com uns brinquedos que tinha lá atrás, na areia, só eu ficava na sala fazendo o dever. Quando os meninos faziam errado, ela ensinava, quando eu fazia errado, ela me gritava. Ficava falando um bocado de coisa lá. “Eu não sei pra que botaram esse peste aqui”. Eu escutava, que era um horror...

O carinho, a orientação, o diálogo dificilmente estão presentes na narrativa dos adolescentes entrevistados, o que nela mais se apresentam são a repressão, a ameaça e os castigos, que sofreram na escola, esses últimos presentes na fala de vinte e seis deles. Um dos adolescentes, por exemplo, sofreu castigos e se sentia injustiçado, pois percebia que a professora o tratava de forma diferenciada:

Muitos meninos faziam coisas piores do que eu e ela não botava na parede. Só porque, às vezes, eu abaixava a cabeça, não prestava atenção no que ela tava falando, distraía a minha mente com alguma coisa, ela já falava: “Baixinho, preste atenção” Aí eu: “Sim, professora”. Baixava a cabeça de novo e ela: “Vai pra parede, vai já pra parede, vai pro castigo”. Eu ia, mas não me sentia bem, não... Eu não queria ir. Eu ficava chorando, que eu era bem pequeno... ficava chorando pra não ir, mas tinha que ir a pulso (BAIXINHO, 18 anos).

Às vezes, os castigos levaram o garoto ou a garota a uma reação de violência, em revide à violência sofrida. É o que revela C.E.O. (20 anos), que reagiu agressivamente a um castigo que lhe atribuiu sua professora:

Eu tinha uma professora de inglês. Eu não entendia o motivo dela... eu sei que ela ficava no meu pé. Aí eu chamei um colega pra sentar junto de mim, pra estudar junto com ele, que eu não tinha o livro. Ela mandou ele sair de perto de mim e falou que eu ia ficar na hora do intervalo com ela, de castigo. Eu falei que não ia. Ela falou: “Vamos ver...” Quando chegou na hora do intervalo, eu esperei os colegas meus saírem e fui saindo. Ela falou que eu não ia sair, eu falei que ia. Ela me deixou nervoso, eu empurrei ela, ela veio e me chamou de vagabundo. Aí eu derrubei ela. Ela caiu no chão, já do lado de fora. Todo mundo começou a fazer zoada e a gozar dela. Aí eu fui pra diretoria, a diretora me deu uma suspensão de 4 dias, pra eu comparecer com minha mãe.

As revelações que esses jovens fazem validam aquilo que nos afirma Graciani (2001, p. 139-140) sobre a escola:

[...] encontra-se hoje deteriorada pela sua “proposta educacional” totalmente desarticulada e desorganizada, mas com trágicos objetivos violentadores, caracterizados pela “massificação”, “coisificação” e “robotização” na transmissão do conhecimento. O maior abuso contra a criança e o adolescente ocorre quando sua personalidade é destruída, pelo reforço da escola excludente, com sua cidadania tolhida e seus direitos desrespeitados e até aviltados e violados.

A escola, descrita pelos entrevistados, se não contribuiu para agravar a situação de abandono ou de violência sofrida pelo educando, nada acrescentou para a sua humanização, para sua educação, para sua conscientização como ser inacabado e que busca por “ser mais”, conforme afirma Freire (1998), para quem o homem é um ser histórico, cultural, inacabado e, uma vez consciente desse inacabamento, se torna educável. Essa busca implica, indiscutivelmente, o autoconhecimento por parte do educando, sua ação como sujeito ativo e participante e não apenas como um simples objeto da prática educativa. Exige um sujeito capaz de definir-se por ser ético e socialmente responsável, numa ação que não pode ser desenvolvida individualmente, mas de forma social e integrada.

Na busca por ser mais, o homem esbarra em outros homens que também buscam e em cujos caminhos se encontram e se comunicam. O homem é capaz de projetar-se e, por isso, é capaz de, saindo de si mesmo, colocar-se no lugar do outro. Nessa comunhão, apropria-se do saber do outro que incorpora ao seu saber e cresce junto com ele, com quem compartilha, por sua vez, o que sabe. Nessa troca, vai se caracterizando não mais o *eu* e o *tu*, mas o *nós*. Os limites da individualidade vão se abrindo para a sociabilidade e uma gama de relações vai se estabelecendo, não só com o outro, mas também com o mundo. É o que afirma Scolaro (2010, p.32), reafirmando a concepção freireana:

[...] a incompletude, própria dos seres humanos é que os conduz a humanizar-se na sua busca por ser mais, por mudar e por crescer. Esse processo, que permite que as pessoas cada vez mais se afastem do conhecimento ingênuo na direção do conhecimento crítico, é que constitui a educação. Assim sendo, chega-se à conclusão de que a educação, baseando-se na própria natureza do inacabamento humano, é práxis que se pauta na ação e na problematização pela busca por ser mais, portanto, por mudar, por superar e superar-se.

É por essa superação que se pode almejar educar os jovens que falaram neste trabalho, que se pode pretender que, na conscientização de seus atos, na compreensão de sua incompletude, conheçam e reconheçam suas limitações e possibilidades, se assumam como seres humanos, que podem e devem viver em comunhão com os outros, num processo de bem conviver, pois é “pela tomada de consciência que, num processo dialético, mulher e homem podem chegar a transformar a realidade, ou criar uma nova” (SCOLARO, 2010, p.34) e essa mudança jamais poderá acontecer, sem as prerrogativas da educação. A educação pela qual a escola é também responsável.

## CONCLUSÃO

Os relatos dos adolescentes deixam claras as situações de violência que viveram na família, na rua, na escola e reforçam a triste ideia de que a escola que temos não está preparada para lidar com jovens, cujas atitudes fogem aos padrões de conduta definidos pela sociedade. Também, revelam problemas sérios que advêm de uma sociedade capitalista em que a desigualdade social e econômica marca as pessoas, distanciando-as decisivamente; uma sociedade onde o desemprego e os baixos salários geram a fome, a miséria, a doença e até mesmo a morte.

Dois elementos importantes devem ser tomados como parâmetros, se se quer reverter a história; dois indicadores devem ser considerados, de forma prioritária, para o desenvolvimento e bem-estar da mulher e do homem, para a recuperação de uma juventude perdida. São eles: a educação e o trabalho, que se situam implacavelmente no âmbito das políticas públicas.

Políticas públicas para o trabalho têm o papel de garantir uma melhor distribuição de renda, mas como afirmam Gadotti e Romão (1998, p. 23), “nosso *apartheid* social não será superado apenas com uma melhor distribuição de renda e com a solidariedade das classes médias. Será preciso preparar os jovens para o trabalho” Políticas públicas têm o dever de promover, de fato, a inserção e a permanência do homem e da mulher no mercado de trabalho, garantindo-lhes condições de manutenção digna de sua família. Têm o papel de diminuir as desigualdades sociais, resgatando a dignidade de homens e mulheres, minimizar a pobreza, debelar a marginalidade e a exclusão social. Políticas públicas para o trabalho são, obrigatoriamente, sob a pena de se declararem inúteis, estratégias de busca da igualdade e da valorização das diferenças, são políticas que devem perseguir, de forma contundente, a humanização. Para que

cumpram seus objetivos devem ser preventivas para extirpar o problema pela raiz e não se limitarem a ser curativas, sanando as conseqüências sem combater as causas.

Políticas públicas, no âmbito da educação, têm, antes de tudo, a função de promover condições de oferta de escola e escola de qualidade para todos, sem discriminação ou exclusão e, garantindo o acesso, garantir a permanência. Têm o dever de resgatar a dignidade dos profissionais da educação, assegurando-lhes salários justos e capazes de lhes permitir uma vida condizente com o papel que exercem na sociedade, permitindo-lhes a formação necessária para a competente atuação junto à criança e ao jovem em formação, quer seja ele pertencente a classes sociais abastadas, quer seja menino de rua ou em situação de risco.

Educar é humanizar e, enquanto, nas nossas escolas ou fora delas, crianças e adolescentes usarem drogas, manejarem armas, se envolverem com o crime, podemos afirmar, sem medo de errar, que a educação falhou, que a sociedade está depauperada e que os poderes públicos deixaram de cumprir sua missão (SCOLARO, 2010, p. 218).

Assim sendo, é para a criança, é para o jovem que, prioritariamente, temos que lançar o nosso olhar se queremos ser capazes de mudar os rumos que toma a história neste país. E, para a reversão do quadro que se desenha com a fala dos jovens que ajudaram a compor este texto, quadro que projeta uma juventude perdida, é preciso se refletir sobre a reordenação dos gastos públicos, sobre a correta aplicação das verbas destinadas à educação e sobre o compromisso e o papel do Estado, na edificação de políticas que busquem combater o desemprego, a pobreza e a discriminação social, que se voltem para criar possibilidades verdadeiras e viáveis de ações educativas, baseadas na formação do educando e do educador. É preciso que a educação e o trabalho sejam prioridades concretas nas ações dos governantes.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com adolescentes internos em entidade de atendimento socioeducativo, por prática de infração. Nele, procura-se discutir as conseqüências que o estado de violência a que estão submetidos na família, na rua, na escola significa para sua formação e educação e traçar o perfil de jovens que, ainda hoje, no contexto da contemporaneidade, representam uma grande faixa da juventude de nosso país, juventude que caminha sem rumo certo no interior de uma sociedade que, muitas vezes os ignora e marginaliza.

A investigação foi realizada na Comunidade de Atendimento Socioeducativo Salvador (CASE), entidade governamental situada na capital da Bahia/Brasil, para onde são encaminhados adolescentes dos diversos municípios do Estado, a quem foi aplicada a medida de internação, por prática de ato infracional. A pesquisa fez uso da história oral de vida, buscando conceder a palavra a jovens que poucas oportunidades têm de se expressar verbalmente e que, muitas vezes, são forçosamente silenciados. São agressivos e agem de modo a ferir a ordem jurídica, causando revolta e indignação em toda a sociedade, de onde são excluídos. Na pesquisa, foram envolvidos vinte e oito internos, obtendo-se revelações que evidenciam o modo de sentir, de pensar e de agir de jovens que trazem características marcantes e específicas e que, pela forma de vida que levam e pela representação na sociedade, são comumente tratados com discriminação e preconceito.

As narrativas obtidas levam a traçar o perfil de uma juventude que se perdeu por caminhos obscuros onde, a duras penas, aprendeu a reagir à violência e às agressões sofridas. São jovens que se tornam personagens de uma história de terror, difícil de ser modificada pela educação que comumente se pratica na escola.

Constata-se que muito de todo esse estado de (de)formação desses jovens é reflexo da injustiça social básica, que tem suas origens nas próprias raízes históricas que formaram o povo brasileiro, e que, de uma forma sutil e velada, a escola

acaba por ratificar.

Conclui-se pela necessidade de se escrever uma outra história, onde a educação e o trabalho possam se constituir instrumentos de promoção e humanização, iniciados na família, solidificados e sistematizados pela escola, a quem cabe contribuir para a formação de homens e mulheres socializados e comprometidos com sua realidade histórica.

## **UMA JUVENTUDE PERDIDA**

Não há violência que possa se sobrepor àquela praticada contra seres indefesos e impossibilitados de ação. As crianças e os adolescentes que falam neste texto são violentados desde o nascimento, no seu direito à família, à alimentação e moradia dignas, no seu direito de viver a infância, de forma plena e adequada para desenvolver-se humanamente.

Na grande maioria, são integrantes de famílias emocionalmente desestruturadas, que sofrem sérias consequências de uma vida eivada de problemas financeiros e de relacionamento. São comuns os casos de agressões físicas e morais, de fome e abandono, o que acaba por forçar a criança ou o adolescente a trocar as agruras da vida em família pela vida na rua, onde é obrigada a criar alternativas de sobrevivência, dentre elas, o furto, o roubo, a prostituição, o crime. Pouco a pouco, o jovem que vive na rua vai se tornando insensível e aprendendo a ver como agressores e inimigos todos aqueles que representam ameaça à sua subsistência e aos seus projetos, que quase nunca são louváveis e reconhecidamente legais.

Artur (nome fictício, assim como o de todos os informantes citados), garoto inteligente, vivaz e comunicativo, internado por latrocínio, passou toda a sua juventude na rua e é com muita revolta que fala de uma infância marcada pelas agressões do pai e pela indiferença da mãe:

O que aconteceu foi o seguinte: minha mãe nunca ligou pra mim, meu pai é policial. Depois que eu nasci, ficou policial. Nunca também [...] deu muita lição pra mim. Fui crescendo, o tempo passando, e com 13 anos de idade eu já tava fazendo assalto a mão armada. Com roupa, dinheiro, muito dinheiro... mulher... Minha mãe foi embora, o quê? Se eu tinha muito era 6 anos de idade. Minha mãe vem aqui hoje pra me ver, mas eu nunca chamei ela de mãe, nunca tive um carinho de mãe. Minha mãe é minha avó. Com meu pai, não existe uma relação nesse nível, entre a gente. Eu sei que ele é meu pai, ele sabe que eu sou filho dele e é só... O início foi... é a rua. A rua atrai! Menino vê vários meninos na rua, vai também [...] Daí, você não tem dinheiro pra comer, pede a um, pede a outro: "Não tenho". Aí você já vê outra criança furtando um cordão de ouro, um relógio, um celular... Meu primeiro furto, eu tinha 8 anos de idade. Eu tava na rua, via, com a convivência, furtos, assaltos, várias coisas diferentes e fui aprendendo, furtando pra comer. Depois, muito depois, vieram as drogas: maconha... muito depois, veio a cocaína. Mas o que leva uma criança a roubar é a falta de apoio em casa, ao menos um pouco, um empurrão na vida. [...] Meu pai batia por besteiras dentro de casa. Primeiro era tapa, já passou a murros, chutes, mas sempre crescente, sempre crescendo... Eu aí fui pra rua... Ele me espancou várias vezes, várias vezes... (ARTUR, 18 anos)

Danda é uma garota bonita, que fala, com lágrimas nos olhos, de sua infância, cruelmente marcada pelo abandono e pelo sofrimento. Fugiu de casa com menos de seis anos, porque não suportou os maus-tratos e os escândalos provocados pela mãe, apesar de amar o padrasto que a assumiu como filha. Teve várias passagens pelo Juizado da Infância e da Adolescência. Na rua, se envolveu com traficantes, aos 14 anos aprendeu a atirar e, aos 15, matou a

facadas uma companheira, também de menor idade. Assim diz ela:

Minha mãe ficava andando pela gandaia, de noite. Às vezes eu passava fome... Quando eu ficava com meu pai de criação, que é o alfaiate, eu não passava. Ele deixava eu comer, deixava eu brincar, apesar de minha mãe ter aprontado com ele. [...] Ela aprontou com ele, quebrando a casa dele, todinha. Tocou fogo lá. Eu fiquei chorando, debaixo da máquina de costurar dele. Coisa triste!... (DANDA, 17 anos).

Alguns jovens experimentam, na família, outro tipo de abandono, aquele que é causado pela ausência dos pais, ou de um deles, em decorrência da necessidade de trabalho fora de casa e em tempo integral. Assim fala Kel (19 anos), garoto internado por prática de latrocínio:

Meu pai já morreu. Tenho 8 irmãos. Meus irmãos são separados, são 4 de meu pai, outro é um pai, outro é outro pai, assim.... Não cheguei a conhecer meu pai, não. Conheci o pai de meus irmãos. Meu pai tinha o apelido de Demônio Branco e dizem que morreu roubando. Dizem que viajou pra São Paulo, era capenga, metia com parada e lá, passaram o rodo nele, na covardia, mas minha mãe não sabe direito, não. Meu padrasto não ligava pra mim, não. [...] Minha mãe trabalhava de doméstica. Ela saía cedo e só voltava de noite. A gente só ficava com ela, no domingo. No sábado, ela trabalhava também. Eu ficava em casa com meus irmãos mais velhos. Mas eu não queria ficar, eu fugia. Pulava lá e só voltava de noite e olhe lá... Já sofreu muito, minha mãe. [...] Ela ficava atrás de mim, de madrugada. E não foi só eu, não. Tem outro irmão meu, ainda mais velho, que era ladrão. Hoje em dia ele ta maluco. Ele passou 4 anos na detenção. Tinha minha irmã que era ladrona, mas ela agora não dá mais trabalho pra minha mãe, não. Minha mãe fica com dor de cabeça, minha mãe chora, quando conversa com a gente assim... mas ela nunca abandona a gente.

Garotos e garotas, como Danda, Artur e Kel não encontram, na família, a estabilidade e o apoio necessários para seu desenvolvimento, para seu crescimento como ser humano. São simplesmente jogados no mundo, muitas vezes sem carinho, sem assistência e sem as orientações de que toda criança e adolescente precisam para sua formação moral e seu equilíbrio emocional.

Não se pode desconhecer a importância da família para a educação da prole, o seu papel de formadora do caráter, não se pode negar a sua força como referencial para a edificação de seres humanos e humanizados, coerentes, honestos, críticos e autocríticos, pois, como afirma Graciani (2001, p.128), "referências na infância e adolescência cumprem uma determinação fundamental na vida adulta, quando os jovens poderiam reconhecer a si mesmos e assumirem uma posição autônoma e emancipada". Dessa forma, a falta de referências positivas, na família, pode representar sérios empecilhos para a formação e desenvolvimento dos filhos, que necessitam dos pais, "seja para colocação dos limites, seja para identificação, seja para a representação de um ideal e/ou para a ordem do mundo que o rodeia" (GRACIANI, 2001, p,127).

Não seria exagero afirmar que muito de tudo o que ocorre com jovens com as características dos apresentados é o reflexo da injustiça social básica decorrente das raízes históricas de formação do povo brasileiro e proveniente de interesses econômicos que deram origem a uma sociedade desigual e marcada, até os nossos dias, por preconceitos e discriminação social. Interesses econômicos que produziram a escravidão e a submissão e que viabilizaram a concentração de renda na mão de poucos e a exclusão das classes populares dos benefícios do crescimento econômico. Classes essas que se constituem de grande parte da população formada por grupos de origem étnica negra e indígena, ou de mestiços, como afirma Ataíde (1995, p.162):

Negros e pardos ainda trazem consigo a pesada herança de preconceitos originários do regime escravocrata, cujas sequelas, discriminações e injustiças sociais reforçadas pelo capitalismo atual, ainda os mantêm subalternos ou marginalizados, enquanto reafirmam os privilégios da elite branca.

Na CASE Salvador, a grande maioria dos internos é de origem negra e dos vinte e oito participantes da pesquisa apenas dois se consideram brancos. Suas famílias residem em bairros periféricos, reconhecidamente habitados por pessoas de baixo poder aquisitivo, que moram em barracos ou casas sem a infraestrutura adequada a uma vivência saudável.

Os adolescentes, internos na CASE Salvador, por prática de atos que variam entre homicídio, latrocínio, sequestro relâmpago, estelionato e outras infrações consideradas menos graves revelam ter pais desempregados ou em exercício de trabalho informal, como vendedores ambulantes, carregadores, operários sem emprego fixo. Vivem de biscates, que não lhes rendem soldos suficientes para manter a família e não lhes oferecem nenhuma garantia trabalhista e social, o que resulta em grandes dificuldades financeiras e péssimas condições de vida. A maioria das mães ou são domésticas, em casas de família, ou são faxineiras, diaristas, e sem carteira assinada.

Alguns pais e mães também vivem nas ruas e se mantêm pelo que conseguem adquirir como pedintes. Muitos deles são alcoólatras ou são usuários de outro tipo de drogas, o que, juntando-se ao desespero pela situação de miséria em que muito constantemente vivem, os torna revoltados, agressivos com os filhos e mesmo insensíveis às suas necessidades e problemas. MÔ é um desses garotos que não pode contar com a estabilidade de uma moradia, não tem a garantia do alimento diário, da higiene e desconhece um ambiente de vida saudável, material e emocionalmente:

Eu gostava mais de ficar na rua. Eu fui criado na rua. Eu tenho família, mas eu ficava mais na rua, desde pequeno. Eu e meus irmãos, e minhas irmãs. Eles moram lá também, mas eles ficam lá só fazendo dinheiro. Em vez de botar pra comprar comida, não. Eles compram droga, pra fumar... Todos sabiam que eu era menino de rua. Sabiam, porque eu fico é na sinaleira, porque minha mãe não trabalha não. Ela é deficiente da perna e tem 9 filhos. (MÔ, 15 anos)

Na rua, os garotos e as garotas, têm que desenvolver estratégias de sobrevivência e, para isso, ao mesmo tempo em que vão se tornando cada vez mais agressivos e violentos, sofrem todo o tipo de agressão e violência. Para se manterem vivos, criam um código de ética próprio, que foge aos padrões estabelecidos pela sociedade. O que impera é a lei do mais forte. O que se aprende é resistir à fome, aos infortúnios, aos agressores, é reagir àqueles que representam ameaça à vida e à sobrevivência. É matar para não morrer, conforme eles próprios destacam:

A polícia vem contra a sua vida, você vem contra a vida do polícia. Eu matei um polícia. Já várias polícias vieram me pegar e eu tive de fazer mais homicídios e cada vez mais cavando o buraco e me enterrando e chega a um estágio que não tem condições de você tentar retornar. Pra tudo na vida tem um jeito, mas chega a um estágio que ou você sai da localidade onde você mora, ou você tem que continuar. É a sobrevivência, porque eles... os policiais trabalham pra pegar a gente e a gente não quer que eles peguem. Então, chega a um estágio que tem que se abrir um confronto (ARTUR, 18 anos).

Jogados ou impulsionados para a rua, esses e essas jovens estão constantemente expostos à discriminação, às drogas, ao crime e até mesmo ao extermínio. As necessidades de sobrevivência e de defesa roubam-lhes a condição de viver plenamente a infância. Os sonhos, as fantasias próprias da idade vão morrendo pouco a pouco ou cedendo lugar a um outro tipo de sentimento, muito mais característico do adulto: o sentimento da indiferença, da rebeldia, do ódio, com consequências graves para a formação da identidade e da personalidade.

Além de marcados pelos mais variados tipos de carências, pela falta da família e pelo repúdio da sociedade, os meninos e meninas de rua contam ainda com outro fator que, negativamente, interfere na sua formação: a variedade de papéis que precisam desempenhar para sobreviver e ser momentaneamente aceitos, ou convencer aquelas pessoas de cuja ajuda precisam para sobreviver. Esses papéis variam entre passar a imagem de “bonzinhos”, “desvalidos”, inspirando compaixão ou se apresentarem “maus”, “perigosos”, causando o pânico e o terror. De representação em representação, aos poucos, a própria autoimagem vai se perdendo no emaranhado dos papéis que representam.

Nessa violenta crise de identidade, de afirmação da personalidade, sem a orientação, o apoio e a ternura da família, tão necessários à formação do indivíduo, os meninos e meninas vão, aos poucos, se embrutecendo, tornando-se amargos, cada dia menos sensíveis e cada vez mais encouraçados em sua própria armadura de defesa contra os infortúnios e contra todos aqueles que para eles representam perigo. Vão se tornando, assim, endurecidos, ressequidos, preparados para tudo, não temendo nem mesmo a morte. Muitos deles refugiam-se nas drogas, que lhes dão uma provisória e falsa sensação de alívio da fome e lhes inspiram certo sentimento de poder.

Do uso da droga, que começa muito cedo, à prática da infração é um salto. Começam sempre pelo uso de drogas mais fracas e vão, pouco a pouco sentindo a necessidade de drogas mais fortes e, com elas, vão se tornando cada vez mais estimulados e com “coragem” para a prática da infração. A droga embota os sentimentos e a percepção, fazendo permanecer apenas aquele instinto de defesa, que, às vezes, leva a eliminar a vítima, na menor desconfiança de reação.

A necessidade de defesa induz ao uso de armas que são adquiridas com adultos envolvidos com o crime, com traficantes ou mesmo com policiais. “Esses que fazem a segurança da população é que fornecem. Eles mesmos. Compra na mão deles mesmos...” é o que diz Artur.

A vida sexual inicia muito cedo. São pais aos 15, 16, 17 anos. Kel, aos 19 anos já tinha 4 filhos, de 3 mulheres diferentes. A vida dos filhos, geralmente, repete a vida dos pais. Passa pelo mesmo processo de abandono, de falta de assistência e de carinho de, pelo menos, um dos genitores. Novas meninas e meninos, crianças, adolescentes estão sujeitos às mesmas condições de vida, aos mesmos códigos de referência dos pais, às mesmas situações de violência por eles sofridas e, por certo, também poderão se tornar violentos e infratores, num círculo vicioso que cada vez mais se alarga e adquire dimensões imensuráveis.

É esse o perfil de crianças e adolescentes que, ainda hoje, no contexto da contemporaneidade, representam uma grande faixa da juventude de nosso país, juventude esta que, como afirma Kel, ao fazer referência à sua própria existência, tem uma **vida perdida**. E, como defende Freire (2000, p. 67): “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor”. Não é possível por um término na violência e mudar o mundo, se não formos capazes de olhar de forma diferenciada para a criança, permitir-lhe viver plenamente a infância, garantir-lhe as prerrogativas de ser em formação, assegurar-lhe as condições de vida fundamentais a um cidadão de direito.

## CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Segundo Freire (2000, p. 67), “se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Se a educação é instrumento imprescindível para a mudança da sociedade, pressupõe-se ser ela de inquestionável importância para o retorno dessa juventude perdida aos caminhos da decência e da legalidade. Mas não foi uma educação capaz de promover mudanças significativas, a que receberam os jovens que foram citados neste trabalho. Na família, como descrito, não contam sequer com a garantia do mínimo necessário para a sobrevivência. Porém, nem sempre por descaso e falta de amor por parte dos pais, mas pelas próprias circunstâncias de vida, que os tornam incapazes de acompanhar e assistir seus filhos, de orientá-los dignamente, de educá-los.

Em relação à educação dos filhos, nada se pode cobrar de pais que foram, também eles, violentados em seus direitos à educação. Não se pode cobrar-lhes deveres em relação “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária” como prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 4º), pois também eles não os tiveram, de fato, por direito. Não se pode pretender que valorizem a convivência em família, pois também eles desconhecem essa forma de viver. Não se pode cobrar-lhes que tratem os filhos com dignidade e respeito, pois eles próprios não se sentem dignos e são constantemente desrespeitados em seus direitos.

Para educar esses jovens, a ponto de lhes oportunizar condições de, mudando sua forma de ser, mudar a sociedade, resta, pois, a escola, instituição socialmente responsável pela educação. Mas o que tem feito a escola, ou melhor, o que tem conseguido fazer a escola por essa juventude perdida? Na fala dos entrevistados, foi retratada uma escola impotente, despreparada para reverter o quadro de degradação, de miséria moral e emocional em que se encontram e, muitas vezes, ao invés de contribuir para as pretendidas mudanças, a escola contribui para agravar o problema. É o que evidencia a fala de Reb (15 anos):

Eu não gostava de ir pra escola. Sempre tinha uns preconceitos lá, me chamavam de ladrão, porque eu roubava... Eu não gostava não e... tive de parar de ir pra escola, uns tempos aí... mudar de escola... não podia ir pra sala de aula, mesmo... me chamavam de ladrão... “Não quero que você fique perto de mim, não quero você aqui na sala, não. Pode sumir alguma coisa...”. Sempre que acontecia alguma coisa na escola, a diretora só me chamava: “Foi você... foi você que fez isso... foi você que fez aquilo.” Era assim... Me botavam pra fora da sala de aula, não tinham respeito, não gostavam de mim. Sempre que acontecia alguma coisa, só vinham pra o meu lado... só pra o meu lado... só pro meu lado...

Como Reb, outros garotos revelam que se sentiam rejeitados e discriminados, na escola. Recordam que ali não eram tratados de forma a se sentirem dispostos a permanecer, a estudar e a conviver em condições de igualdade com os demais colegas. A partir da percepção de atitudes de desprezo, abandono e não aceitação, por parte de professores e do corpo administrativo da escola, tornaram-se agressivos, dissimulados ou aparentemente indiferentes e acabaram evadindo.

Tiago (16 anos) saiu da escola pelos motivos que expõe:

A professora de Ciências ficava sempre repetindo que eu tinha perdido 3 anos, que eu não queria nada, que era burro. “Você é burro. Não tem cabeça pra estudar, só tem cabeça pra bagunçar...” Eu ficava injuriado também, né? Eu ficava assim, com essa professora. Só que eu nunca deixei ela me humilhar, não... Nunca abaixei a cabeça pra ela não... Mas que é ruim ficar na sala, a professora falando mal do aluno... Eu desisti porque já não tinha mais graça ir pra escola, ficar ouvindo só conversa de professor... aí eu desisti.

Ail (17 anos) narra algumas situações vividas na escola, que deixaram clara a discriminação de que era alvo:

O que eu lembro da escola é que quando eu fazia qualquer coisa errada, a professora me pegava pela orelha e me levava pra falar com a diretora. Às vezes ela me pegava e me botava no castigo, de joelhos, na diretoria. A diretora não falava nada, era ela que mandava dar o castigo. A professora não gostava de mim, porque só eu é que era de uma creche e a creche é que pedia pra me botar na escola, porque o resto das pessoas era tudo filho de gente que tem condições financeiras. Com eles, ela não fazia isso, que chegava gente de carro pra pegar as crianças, se deixasse alguma marca, iam denunciar ela. Só tinha eu que era da creche. A maioria das coisas que eu fazia, ela dizia que eu errava. Aí eu falava: “Já que eu tou fazendo errado, eu não vou fazer não!” Ela me esticava pela orelha e levava pra lá pra diretoria. Todo dia era isso, até o dia que eu joguei a mesa no chão e fui expulso de lá. Expulso e nunca mais. [...] Eu lá era como ninguém, ela não prestava atenção em mim. Só me tratava como Zé Ninguém. [...] Ela botava os meninos pra brincar com uns brinquedos que tinha lá atrás, na areia, só eu ficava na sala fazendo o dever. Quando os meninos faziam errado, ela ensinava, quando eu fazia errado, ela me gritava. Ficava falando um bocado de coisa lá. “Eu não sei pra que botaram esse peste aqui”. Eu escutava, que era um horror...

O carinho, a orientação, o diálogo dificilmente estão presentes na narrativa dos adolescentes entrevistados, o que nela mais se apresentam são a repressão, a ameaça e os castigos, que sofreram na escola, esses últimos presentes na fala de vinte e seis deles. Um dos adolescentes, por exemplo, sofreu castigos e se sentia injustiçado, pois percebia que a professora o tratava de forma diferenciada:

Muitos meninos faziam coisas piores do que eu e ela não botava na parede. Só porque, às vezes, eu abaixava a cabeça, não prestava atenção no que ela tava falando, distraía a minha mente com alguma coisa, ela já falava: “Baixinho, preste atenção” Aí eu: “Sim, professora”. Baixava a cabeça de novo e ela: “Vai pra parede, vai já pra parede, vai pro castigo”. Eu ia, mas não me sentia bem, não... Eu não queria ir. Eu ficava chorando, que eu era bem pequeno... ficava chorando pra não ir, mas tinha que ir a pulso (BAIXINHO, 18 anos).

Às vezes, os castigos levaram o garoto ou a garota a uma reação de violência, em revide à violência sofrida. É o que revela C.E.O. (20 anos), que reagiu agressivamente a um castigo que lhe atribuiu sua professora:

Eu tinha uma professora de inglês. Eu não entendia o motivo dela... eu sei que ela ficava no meu pé. Aí eu chamei um colega pra sentar junto de mim, pra estudar junto com ele, que eu não tinha o livro. Ela mandou ele sair de perto de mim e falou que eu ia ficar na hora do intervalo com ela, de castigo. Eu falei que não ia. Ela falou: “Vamos ver...” Quando chegou na hora do intervalo, eu esperei os colegas meus saírem e fui saindo. Ela falou que eu não ia sair, eu falei que ia. Ela me deixou nervoso, eu empurrei ela, ela veio e me chamou de vagabundo. Aí eu derrubei ela. Ela caiu no chão, já do lado de fora. Todo mundo começou a fazer zoada e a gozar dela. Aí eu fui pra diretoria, a diretora me deu uma suspensão de 4 dias, pra eu comparecer com minha mãe.

As revelações que esses jovens fazem validam aquilo que nos afirma Graciani (2001, p. 139-140) sobre a escola:

[...] encontra-se hoje deteriorada pela sua “proposta educacional” totalmente desarticulada e desorganizada, mas com trágicos objetivos violentadores, caracterizados pela “massificação”, “coisificação” e “robotização” na transmissão do conhecimento. O maior abuso contra a criança e o adolescente ocorre quando sua personalidade é destruída, pelo reforço da escola excludente, com sua cidadania tolhida e seus direitos desrespeitados e até aviltados e violados.

A escola, descrita pelos entrevistados, se não contribuiu para agravar a situação de abandono ou de violência sofrida pelo educando, nada acrescentou para a sua humanização, para sua educação, para sua conscientização como ser inacabado e que busca por “ser mais”, conforme afirma Freire (1998), para quem o homem é um ser histórico, cultural, inacabado e, uma vez consciente desse inacabamento, se torna educável. Essa busca implica, indiscutivelmente, o autoconhecimento por parte do educando, sua ação como sujeito ativo e participante e não apenas como um simples objeto da prática educativa. Exige um sujeito capaz de definir-se por ser ético e socialmente responsável, numa ação que não pode ser desenvolvida individualmente, mas de forma social e integrada.

Na busca por ser mais, o homem esbarra em outros homens que também buscam e em cujos caminhos se encontram e se comunicam. O homem é capaz de projetar-se e, por isso, é capaz de, saindo de si mesmo, colocar-se no lugar do outro. Nessa comunhão, apropria-se do saber do outro que incorpora ao seu saber e cresce junto com ele, com quem compartilha, por sua vez, o que sabe. Nessa troca, vai se caracterizando não mais o *eu* e o *tu*, mas o *nós*. Os limites da individualidade vão se abrindo para a sociabilidade e uma gama de relações vai se estabelecendo, não só com o outro, mas também com o mundo. É o que afirma Scolaro (2010, p.32), reafirmando a concepção freireana:

[...] a incompletude, própria dos seres humanos é que os conduz a humanizar-se na sua busca por ser mais, por mudar e por crescer. Esse processo, que permite que as pessoas cada vez mais se afastem do conhecimento ingênuo na direção do conhecimento crítico, é que constitui a educação. Assim sendo, chega-se à conclusão de que a educação, baseando-se na própria natureza do inacabamento humano, é práxis que se pauta na ação e na problematização pela busca por ser mais, portanto, por mudar, por superar e superar-se.

É por essa superação que se pode almejar educar os jovens que falaram neste trabalho, que se pode pretender que, na conscientização de seus atos, na compreensão de sua incompletude, conheçam e reconheçam suas limitações e possibilidades, se assumam como seres humanos, que podem e devem viver em comunhão com os outros, num processo de bem conviver, pois é “pela tomada de consciência que, num processo dialético, mulher e homem podem chegar a transformar a realidade, ou criar uma nova” (SCOLARO, 2010, p.34) e essa mudança jamais poderá acontecer, sem as prerrogativas da educação. A educação pela qual a escola é também responsável.

## CONCLUSÃO

Os relatos dos adolescentes deixam claras as situações de violência que viveram na família, na rua, na escola e reforçam a triste ideia de que a escola que temos não está preparada para lidar com jovens, cujas atitudes fogem aos padrões de conduta definidos pela sociedade. Também, revelam problemas sérios que advêm de uma sociedade

capitalista em que a desigualdade social e econômica marca as pessoas, distanciando-as decisivamente; uma sociedade onde o desemprego e os baixos salários geram a fome, a miséria, a doença e até mesmo a morte.

Dois elementos importantes devem ser tomados como parâmetros, se se quer reverter a história; dois indicadores devem ser considerados, de forma prioritária, para o desenvolvimento e bem-estar da mulher e do homem, para a recuperação de uma juventude perdida. São eles: a educação e o trabalho, que se situam implacavelmente no âmbito das políticas públicas.

Políticas públicas para o trabalho têm o papel de garantir uma melhor distribuição de renda, mas como afirmam Gadotti e Romão (1998, p. 23), “nosso *apartheid* social não será superado apenas com uma melhor distribuição de renda e com a solidariedade das classes médias. Será preciso preparar os jovens para o trabalho” Políticas públicas têm o dever de promover, de fato, a inserção e a permanência do homem e da mulher no mercado de trabalho, garantindo-lhes condições de manutenção digna de sua família. Têm o papel de diminuir as desigualdades sociais, resgatando a dignidade de homens e mulheres, minimizar a pobreza, debelar a marginalidade e a exclusão social. Políticas públicas para o trabalho são, obrigatoriamente, sob a pena de se declararem inúteis, estratégias de busca da igualdade e da valorização das diferenças, são políticas que devem perseguir, de forma contundente, a humanização. Para que cumpram seus objetivos devem ser preventivas para extirpar o problema pela raiz e não se limitarem a ser curativas, sanando as conseqüências sem combater as causas.

Políticas públicas, no âmbito da educação, têm, antes de tudo, a função de promover condições de oferta de escola e escola de qualidade para todos, sem discriminação ou exclusão e, garantindo o acesso, garantir a permanência. Têm o dever de resgatar a dignidade dos profissionais da educação, assegurando-lhes salários justos e capazes de lhes permitir uma vida condizente com o papel que exercem na sociedade, permitindo-lhes a formação necessária para a competente atuação junto à criança e ao jovem em formação, quer seja ele pertencente a classes sociais abastadas, quer seja menino de rua ou em situação de risco.

Educar é humanizar e, enquanto, nas nossas escolas ou fora delas, crianças e adolescentes usarem drogas, manejarem armas, se envolverem com o crime, podemos afirmar, sem medo de errar, que a educação falhou, que a sociedade está depauperada e que os poderes públicos deixaram de cumprir sua missão (SCOLARO, 2010, p. 218).

Assim sendo, é para a criança, é para o jovem que, prioritariamente, temos que lançar o nosso olhar se queremos ser capazes de mudar os rumos que toma a história neste país. E, para a reversão do quadro que se desenha com a fala dos jovens que ajudaram a compor este texto, quadro que projeta uma juventude perdida, é preciso se refletir sobre a reordenação dos gastos públicos, sobre a correta aplicação das verbas destinadas à educação e sobre o compromisso e o papel do Estado, na edificação de políticas que busquem combater o desemprego, a pobreza e a discriminação social, que se voltem para criar possibilidades verdadeiras e viáveis de ações educativas, baseadas na formação do educando e do educador. É preciso que a educação e o trabalho sejam prioridades concretas nas ações dos governantes.

## REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. **Decifra-me ou devoro-te**: História oral de vida dos meninos de rua de Salvador. 2. ed.

São Paulo: Loyola, 1995.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente-ECA**. Lei Federal nº 8069/1990. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 22. ed. RJ: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J Eustáquio. Escola cidadã: a hora da sociedade. In: **Salto para o futuro**: construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília: MEC/SEED, 1998, p. 23-30.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

SCOLARO, Maria Elvira Nogueira Laranjeira. **Escola, para que te quero?** Marcas da escola em adolescentes privados de liberdade. Salvador, EdUNEB, 2010.

AUTORA:

Maria Elvira Nogueira Laranjeira Scolaro  
Mestrado em Educação e Contemporaneidade  
GRAFHO/UNEB  
NEPE/CAMPUS XII/UNEB  
mscolaro@uneb.br  
elvirascolaro@bol.com.br

Recebido em: 01/07/2015

Aprovado em: 02/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: